

Relatório da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

No exercício de 2010 foram lançadas as bases que sustentaram a expansão dos negócios para os próximos anos. Ganham expressão os projetos ligados à valorização de resíduos e a expansão da base de atuação.

Os resultados aqui apresentados refletem a consistência de nosso modelo de negócio e mostra que o desafio que temos pela frente é o crescimento planejado e competitivo, capaz de conduzir a Cetrel aos padrões de excelência mundial, criando valor para seus clientes, acionistas e integrantes.

Nesse sentido, os principais destaques do exercício foram:

**Econômico-financeiros**  
O lucro líquido apurado no exercício (R\$ 25 milhões) apresentou um crescimento de 49%, em relação ao exercício anterior (R\$ 16 milhões) em função, principalmente, do crescimento da receita em 18% e da maior eficiência de gestão de custos. A geração de caixa (EBITDA) registrada em 2010 (R\$ 40 milhões) foi 33% superior à apurada no exercício anterior (R\$ 30 milhões), permitindo a continuidade de programas de investimentos e de inovação, garantindo o crescimento e a perpetuidade de nosso negócio.

**Inovação**  
O Programa de Inovação da Cetrel obteve conquistas significativas em 2010, iniciando a operação das plantas piloto de bioenergia e reuso de água, e início da construção do Centro Tecnológico.

Durante o ano, foram firmadas as parcerias com empresas do setor sucroalcooleiro para o desenvolvimento de plantas piloto de bioenergia a partir da vinhaça e do bagaço da cana e para a implantação da primeira unidade industrial. Há previsão de que essas plantas entrem

em operação já em 2011.

Ainda como parte dos avanços nessa área, foi constituída a Cetrel Bioenergia Ltda. - sociedade com propósito específico de gerar bioenergia através do tratamento de resíduos do setor sucroalcooleiro, empregando tecnologia desenvolvida pela Cetrel para a produção de biogás através da biodigestão de vinho e posterior geração de energia elétrica.

A Cetrel conta ainda com o apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), principal organismo de fomento à inovação no Brasil, através das linhas de subvenção econômica (apoio financeiro não reembolsável) e financiamento com encargos reduzidos para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Além disso, a Cetrel foi convidada para participar do Programa 14 Bis, iniciativa do Governo Federal, coordenada pela FINEP, que busca desenvolver um conjunto de ações mobilizadoras no contexto da Copa do Mundo 2014, visando proporcionar à sociedade brasileira, visitantes estrangeiros e espectadores externos, uma visão da criatividade, inovação, cultura e sustentabilidade do Brasil.

**Investimentos**

Foi dada continuidade ao programa de investimentos da Empresa, contemplando melhorias operacionais que totalizaram investimentos da ordem de R\$ 23 milhões no ano, suportados pela geração de caixa obtida.

Os projetos da área de água da Cetrel avançaram bastante em 2010 com os resultados alcançados na operação das plantas piloto biológicas de tratamento de efluentes para reuso de água. Uma das plantas entrou em operação para testes, conseguindo alcançar nível de eficiência acima das expectativas iniciais.

**Qualidade, Saúde e Segurança**

Foi destaque na área de Qualidade o bom resultado obtido nas auditorias internas e externas do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que atestaram a conformidade dos serviços presta-

dos pela Cetrel com os requisitos das normas ISO 14001, OHSAS 18001, ISO 9001 e SA 8000, bem como com as boas práticas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente que compõem os 16 Elementos do Prêmio Polo. A auditoria interna também verificou a conformidade do Sistema de Gestão do Laboratório com a ISO 17025, norma que trata dos "Requisitos Gerais para a Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração".

Em 2010, a Cetrel conquistou o Prêmio Petrobras Parceira Responsável - Edição 2009, na categoria *Serviços Operacionais*. O Programa Parceira Responsável é oferecido pela Petrobras como iniciativa para que seus parceiros e fornecedores adotem melhores práticas de Excelência em Gestão de seus negócios. Para a Cetrel, receber este reconhecimento reforça ainda mais a boa qualidade dos serviços prestados e fortalece a busca constante pela excelência em seus processos.

**Responsabilidade social**

As ações de responsabilidade social da Cetrel continuaram a dar bons resultados, tendo suas atividades sediadas no Parque Saupe, criado há quatro anos para abrigar as atividades do Programa de Educação Ambiental e do Programa de Estudo e Preservação da Fauna. Em 2010, o Programa Fábrica de Florestas cumpriu sua meta com diversos plantios comunitários em pontos estratégicos no Anel Florestal do Polo.

Aos nossos clientes, parceiros no esforço de renovação; aos nossos acionistas, cuja visão de futuro permitiu a aprovação de projetos e programas fundamentais aos novos tempos; aos nossos integrantes, cuja dedicação e perseverança resultaram na melhoria geral dos indicadores do negócio; e a todos, que de alguma forma participaram de nossa jornada em busca de uma Empresa mais eficiente e criadora de valor, os cumprimentos pelos resultados alcançados.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Controladora Consolidado				Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	73.806	61.486	32.837	73.806	Fornecedores	9.024	6.478	4.746	9.024
Contas a receber de clientes (Nota 7)	15.935	13.817	17.950	15.935	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	3.898	9.421	8.501	3.898
Estoques (Nota 8)	2.591	3.384	3.476	2.591	Salários e encargos sociais	8.914	7.884	6.360	8.914
Impostos e contribuições a compensar	5.504	3.322	3.233	5.504	Impostos, taxas e contribuições sociais	3.032	2.918	1.993	3.032
Partes relacionadas (Nota 10)			1.472		Provisão para tratamento de resíduos (Nota 15 (d))	1.620	1.400	1.988	1.620
Despesas antecipadas e outras	662	452	416	662	Adiantamento de clientes	164	904	735	164
	98.498	82.461	59.384	98.498	Dividendos a pagar (Nota 17)	5.001	3.548	1.637	5.001
					Partes relacionadas (Nota 10)		517		
					Outros passivos	45	44	44	45
						31.698	33.114	26.004	31.698
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	16.571	18.941	18.215	16.571
Títulos e valores mobiliários (Nota 2.4)		3.682	3.379		Provisão para contingências (Nota 15)	3.895	2.022	1.651	3.895
Contas a receber de clientes (Nota 7)	553			553	Adiantamentos de clientes			551	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	13.054	16.596	19.172	13.054	Provisão para cobertura de passivo a descoberto em coligada (Nota 11)		115		
Partes relacionadas (Nota 10)	1.993			1.993	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	9.101	9.557	10.013	9.101
Depósitos judiciais (Nota 15)	3.369	1.653	791	3.369	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 10)		5.374	5.374	
Investimentos em subsidiárias (Nota 11)	18.969	21.931	23.342	18.969		29.567	36.009	35.804	29.567
Investimentos em coligadas (Nota 11)	700			700	<b>Patrimônio líquido</b>				
Outros investimentos (Nota 11)	632		287	632	Capital social (Nota 16 (b))	154.427	151.278	149.619	154.427
Imobilizado (Nota 12)	192.920	183.085	175.672	193.620	Reservas de capital (Nota 16 (d))	30.174	19.600	12.909	30.174
Intangível (Nota 13)	2.298	2.482	2.237	2.298	Reserva de reavaliação (Nota 16 (e))	25.916	26.802	27.688	25.916
	216.976	207.526	201.566	216.976	Reservas de lucros (Nota 16 (f))	43.692	23.184	8.926	43.692
						254.209	220.864	199.142	254.209
					<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>315.474</b>	<b>289.987</b>	<b>260.950</b>	<b>315.474</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>315.474</b>	<b>289.987</b>	<b>260.950</b>	<b>315.474</b>					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Em 1º de janeiro de 2009	Atribuível aos acionistas da controladora								
	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Incentivos fiscais	Ágio	Reserva de reavaliação	Incentivos fiscais	Reserva legal		
	155.701	(6.082)	3.989	8.920	27.688	3.161	1.792	4.912	200.081
Ajuste decorrente da adoção do CPC 43								(939)	(939)
Baixa de ativo diferido (Nota 22.1.2)									
<b>Saldos ajustados em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>155.701</b>	<b>(6.082)</b>	<b>3.989</b>	<b>8.920</b>	<b>27.688</b>	<b>3.161</b>	<b>1.792</b>	<b>3.973</b>	<b>199.142</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>									
Lucro líquido do exercício									16.459
Realização da reserva de reavaliação (Nota 16 (e))					(886)				1.342
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					<b>(886)</b>				<b>17.801</b>
Aumento de capital (Nota 16 (b))		1.659		6.691					16.915
Destinação do lucro líquido:									8.350
Constituição de reservas (Nota 16)						2.626	813	10.819	(14.258)
Dividendos propostos (Nota 17)									(3.543)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>155.701</b>	<b>(4.423)</b>	<b>3.989</b>	<b>15.611</b>	<b>26.802</b>	<b>5.787</b>	<b>2.605</b>	<b>14.792</b>	<b>220.864</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>									
Lucro líquido do exercício									24.593
Realização da reserva de reavaliação (Nota 16 (e))					(886)				886
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					<b>(886)</b>				<b>25.479</b>
Aumento de capital (Nota 16 (b))		1.490	1.659	10.574					13.723
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas (Nota 16)						4.367	1.229	14.912	(20.508)
Dividendos propostos (Nota 17)									(4.971)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>157.191</b>	<b>(2.764)</b>	<b>3.989</b>	<b>26.185</b>	<b>25.916</b>	<b>10.154</b>	<b>3.834</b>	<b>29.704</b>	<b>254.209</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

Em 8 de abril de 2010, foi aprovada a alteração da razão social da CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental para CETREL S.A. ("Companhia" ou "CETREL").

A Companhia tem por objetivo prestar os seguintes serviços de proteção ambiental, principalmente aos seus acionistas usuários localizados na área de influência do Polo Industrial de Camaçari:

- Sistema de orgânicos e de águas não contaminadas - coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes líquidos orgânicos e não contaminados.
- Unidade de incineração de resíduos líquidos - processamento e queima de resíduos líquidos orgânicoclorados não biodegradáveis.
- Unidade de incineração de resíduos sólidos - processamento e queima de resíduos sólidos perigosos.

• Unidade de resíduos sólidos - disposição em aterros industriais, estocagem provisória em silos, pátios e galpões, assim como biolavagem de resíduos.

• Monitoramento ambiental - análises químicas, físico-químicas e biológicas, monitorando ar, solo, águas subterrâneas e superficiais, efluentes, rios, mar e consultoria ambiental.

A Companhia participa em 50% do capital social da coligada Cetrel - Lumina Tecnologia e Engenharia Ambiental Ltda. ("Cetrel - Lumina"), conforme descrito na Nota 11 (a), através de soluções de engenharia ambiental no mercado industrial, por meio de contratos qualificados, com foco na seletividade e segurança empresarial, nos segmentos de petróleo, química e petroquímica, siderurgia e mineração.

A Companhia também participa em 100% do capital social da controlada Cetrel Bioenergia Ltda. ("Cetrel Bioenergia"), conforme descrito na Nota 11 (b). As principais atividades são: geração e comercialização de bioenergia, através do tratamento de subprodutos do setor sucroalcooleiro. Essa controlada ainda não iniciou suas atividades operacionais.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 - Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 15 de fevereiro de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 22.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada Cetrel Bioenergia. Não houve transações entre a Companhia e a controlada no exercício, exceto pela integralização de capital (Nota 11).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas na Nota 22.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação societária brasileira, e abrangem as demonstrações financeiras da controlada Cetrel Bioenergia, na qual é mantida a participação acionária direta de 100%, em 31 de dezembro de 2010.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foi eliminado o investimento na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido. A controlada não apurou resultado em 2010.

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 - Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional. Estão atrelados diretamente ao contrato de financiamento FNE com o Banco do Nordeste que foi liquidado em agosto de 2010. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado do exercício.

Demonstrações do resultado (Controlada e Consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
<b>Operações</b>		
Receita (Nota 18)	120.557	102.131
Custos dos serviços prestados	(75.458)	(68.464)
<b>Lucro bruto</b>	<b>45.099</b>	<b>33.667</b>
Despesas com vendas	(3.894)	(2.114)
Despesas administrativas	(12.554)	(10.382)
Onerosários dos administradores (Nota 10)	(2.455)	(2.793)
Provisão para tratamento de resíduos (Nota 15)	(503)	(136)
Outros ganhos, líquidos	65	313
<b>Lucro operacional</b>	<b>25.758</b>	<b>18.555</b>
Despesas financeiras (Nota 20)	(2.745)	(3.142)
Receitas financeiras (Nota 20)	8.233	7.333
<b>Lucro operacional antes das participações societárias</b>	<b>31.246</b>	<b>22.746</b>
Equivalência patrimonial (Nota 11)	747	(402)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>31.993</b>	<b>22.344</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)		
Do exercício	(3.858)	(3.309)
Diferidos	(3.542)	(2.576)
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>	<b>24.593</b>	<b>16.459</b>
Quantidade de ações em circulação no final do exercício (em milhares)	1.555	1.528
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social das operações continuadas durante o exercício - R\$	15,82	10,77

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora 2010	Controladora 2009	Consolidado 2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>31.993</b>	<b>22.344</b>	<b>31.993</b>
<b>Ajustes</b>			
Depreciação e amortização	10.576	11.386	10.576
Valor residual do ativo imobilizado baixado	35	254	35
Valor residual do ativo diferido baixado		26	
Equivalência patrimonial	(747)	402	(747)
Provisão para contingências, líquida	2.222	(250)	2.222
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, contingências, depósitos judiciais e aplicações financeiras	1.447	1.856	1.447
	45.526	36.018	45.526
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Títulos e valores mobiliários	3.898	17	3.898
Contas a receber de clientes	(2.671)	4.133	



CETREL S.A.

CNPJ/Mf nº 14.414.973/0001-81 · Via Atlântica, Km 9, Interligação Estrada do Coco - Pólo Petroquímico, Camaçari-Ba.

Compromisso com o Futuro

# BALANÇO ANUAL 2010

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

### >>> Continuação

#### 2.5.3 - Impairment de ativos financeiros

##### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avaliou seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e não identificou evidência objetiva de impairment.

##### 2.6 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

##### 2.7 - Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. Os estoques compreendem itens de manutenção, laboratório, insumos, entre outros.

##### 2.8 - Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados ao valor efetivamente depositado judicialmente, atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

##### 2.9 - Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

##### 2.10 - Imobilizado

Terrenos, edificações e benfeitorias, equipamentos e instalações, tubulações, barragens e canais são demonstrados pelo valor justo, com base em avaliação feita em 1990, por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação e são representados, principalmente, por estação de tratamento.

Os aumentos no valor contábil resultantes da reavaliação dos bens foram creditados na reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A cada ano, a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo (a depreciação é apropriada ao resultado) e a depreciação baseada no custo original do ativo, é transferida da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários, para resultados acumulados.

A reavaliação espontânea de ativos foi extinta a partir de 1º de janeiro de 2008, e o saldo remanescente nessa reserva continuará a ser transferido para resultados acumulados na proporção da baixa dos ativos a que se referem, conforme disposição do item 31 do CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para resultados acumulados.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	
Edificações	50
Máquinas	10
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

##### 2.11 - Ativos intangíveis

###### Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável não superior a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível.

##### 2.12 - Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

##### 2.13 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

##### 2.14 - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

##### 2.15 - Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor liver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em despesa financeira.

##### 2.16 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

##### 2.17 - Benefícios a empregados - Participação nos lucros e bônus

Reconhecida em "Salários e encargos sociais" com base no plano formal de distribuição de resultados aprovado pela administração da Companhia.

##### 2.18 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

##### (a) Receita de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida que o serviço é prestado e medido.

##### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

##### 2.19 - Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

##### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

##### 4. Gestão de risco financeiro

###### 4.1 - Fatores de risco financeiro

###### (a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger-se dos efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição a moedas e das flutuações das taxas de juros. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características dessas instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

###### (b) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia possui provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 774 (2009 - R\$ 1.083), para fazer face aos riscos de crédito, representando 4,5% (2009 - 7,3%) do saldo bruto de contas a receber de clientes em aberto (Nota 7).

A provisão para devedores duvidosos é constituída quando existe evidência objetiva de que o cliente não será capaz de liquidar o valor devido.

###### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

###### (d) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade das mesmas.

##### 4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 14)	20.469	12.817
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(73.806)	(53.337)
Dívida líquida (sobra de caixa)	(53.337)	(40.520)
Total do patrimônio líquido	254.209	254.209

##### 9. Imposto de renda e contribuição social

###### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Ativo		Passivo	
	Controladora e consolidado 31/12/2010	Controladora 31/12/2009	Controladora e consolidado 31/12/2010	Controladora 31/12/2009
Prejuízos fiscais de imposto de renda	8.161	10.924	12.817	
Bases negativas de contribuição social	4.686	5.672	6.355	
Outros	207			
Reavaliação de ativos			9.101	9.557
	13.054	16.596	19.172	10.013

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$ 32.463 e R\$ 52.083 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 43.520 e R\$ 62.948, e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 51.190 e R\$ 70.530), respectivamente, os quais serão compensados com lucros tributáveis futuros.

Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição. A Companhia possui saldo de reserva de reavaliação no montante de R\$ 25.916 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 26.802 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 27.688). A administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data, vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados.

###### (b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos e passivos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	Controladora e Consolidado 31/12/2010		31/12/2009		Controladora 01/01/2009	
Ano	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2009					767	456
2010			2.909	456	1.010	456
2011	2.533	456	3.223	456	1.792	456
2012	4.081	456	6.272	456	2.107	456
2013	3.761	456	4.192	456	2.369	456
2014	2.642	456		456	2.966	456
2015 em diante	37	7.277		7.277	8.161	7.277
	13.054	9.101	16.596	9.557	19.172	10.013

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

###### (c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora e consolidado 31/12/2010		Controladora 31/12/2009	
	IR	CSL	IR	CSL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.993	31.993	22.344	22.344
Ajustes:				
Adições permanentes	3.943	3.943	2.791	2.645
Adições temporárias	21.498	22.051	9.879	10.463
Exclusões permanentes	(4.119)	(4.119)	(1.108)	(1.108)
Exclusões temporárias	(16.460)	(17.651)	(8.338)	(9.069)
Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa	36.855	36.217	25.568	25.275
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(11.057)	(10.865)	(7.670)	(7.582)
Lucro tributável no exercício	25.798	25.352	17.898	17.693
Imposto de renda (15% mais adicional de 10%) e contribuição social (9%)	6.426	2.282	4.450	1.592
Subvenção - SUDENE	(4.367)		(2.626)	
Outros	(362)	(121)	(107)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	1.697	2.161	1.717	1.592

###### (d) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido a partir da prestação de alguns dos serviços que presta. Esses incentivos, no montante de R\$ 4.367 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 2.626 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 3.161), foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades individualmente, até o ano-base de 2015.

As subvenções e assistências governamentais, a partir de 2008, são registradas contabilmente na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

### Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

##### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora e Consolidado		
	Ativos ao		
	Empréstimos e recebíveis	valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes	16.488		16.488
Demais contas a receber excluindo pagtos antecipados	2.248		2.248
Caixa e equivalentes de caixa	70	73.736	73.806
	18.806	73.736	92.542
31 de dezembro de 2010			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	20.469		20.469
Fornecedores	9.024		9.024
Salários e encargos sociais	8.914		8.914
Impostos, taxas e contribuições sociais	3.032		3.032
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	10.561		10.561
	52.000		52.000

##### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e Consolidado	Controladora	Controladora
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	70	777	205
Aplicações financeiras	73.736	60.709	32.632
	73.806	61.486	32.837

Os títulos e valores mobiliários referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos inferiores a 90 dias, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI"), com liquidez imediata.

##### 7. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	Controladora	Controladora
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber de clientes	7.266	3.258	3.033
Menos: provisão para devedores duvidosos	(774)	(1.083)	(1.314)
Contas a receber de clientes, líquidas	6.492	2.175	1.719
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	9.996	11.642	16.231
	16.488	13.817	17.950
Menos parcela não circulante:	(553)		
Parcela circulante	15.935	13.817	17.950

Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber de clientes no valor de R\$ 3.460 (2009 - R\$ 6.963; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 10.950) encontram-se vencidas, dos quais estão provisionados em devedores duvidosos, o montante de R\$ 774 (2009 - R\$ 1.083; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.314). O saldo remanescente refere-se a diversos clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência, cuja expectativa é de recebimento no curto prazo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	Controladora	Controladora
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até três meses	2.283	3.453	6.654
De três a seis meses	181	316	2.779
Acima de seis meses	996	3.194	1.517
	3.460	6.963	10.950

##### 8. Estoques

||
||
||

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**

>>> Continuação

10. Partes relacionadas (a) Saldos	Circulante			Ativo Não circulante		
	Contas a receber de clientes relacionadas			Contas a receber de clientes relacionadas		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Controlada e acionistas:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A.	568	370	111			
AmBev – Comp. de Bebidas das Américas	773	506	206			
Bahia Specialty Cellulose	1.175	3.063	8.650			
Basf S.A.	17	28				
Braskem S.A.	2.914	3.222	2.610			
Cata Tecidos e Embalagens Industriais Ltda.	5	7	7			
Cetrel – Lumina Tec. e Eng. Ambiental Ltda.(i)	945	39	80	1.472	553	1.993
Copenor Cia. Petroquímica do Nordeste	48	27	28			
Deten Química S.A.	111	11	13			
Dow Brasil S.A.	163	112	183			
Du Pont do Brasil S.A.		273	153			
Elekeiroz S.A.	497	430	375			
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	13	4	5			
IPC do Nordeste Ltda.	60	51	76			
ITF Chemical Ltda.	5	2	2			
Millennium Inorg. Chem. do Brasil S.A.	153	102	82			
Monsanto Nordeste Ind. e Com. Ltda.	502	1.113	586			
Oleoquímica Ind. Com. Prod. Quim. Ltda.	103	95	81			
Oxitenor Nordeste S.A. Ind. e Comércio	291	312	243			
Parapanema S.A.	179	199	185			
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	231	961	1.893			
Procter & Glamber do Brasil Ltda.	3	1				
Proquigel Química S.A.	14	8	14			
Quattor Petroquímica S.A.	93	161	99			
Química Geral do Nordeste S.A.	13	11	10			
Rhodia – Ster Fipack S.A.						
Sansuy S.A. Indústria de Plásticos	10	5	7			
Sudamericana de Fibras Brasil Ltda.	504	504	504			
Taminco do Brasil Com. Ind. Animas Lt.	12	9	7			
Tequimar – Terminal Químico de Aratu S.A.	10					
Tigre S.A. – Tubos e Conexões	7	5	5			
White Martins Gases Industriais Ltda.	24	11	16			
	<b>9.443</b>	<b>11.642</b>	<b>16.231</b>	<b>1.472</b>	<b>553</b>	<b>1.993</b>

(b) Transações	Circulante			Passivo Não circulante		
	Adiantamento de clientes relacionados			Adiantamentos para futuro aumento de capital		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Controlada e acionistas:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Cetrel – Lumina Tec. e Eng. Ambiental Ltda.(i)	164	804	735	517		
Millennium Inorg. Chem. do Brasil S.A.					5374	5374
Monsanto Nordeste Ind. e Com. Ltda. (ii)	<b>164</b>	<b>804</b>	<b>735</b>	<b>517</b>	<b>5374</b>	<b>5374</b>

(i) O saldo de partes relacionadas refere-se ao contrato de conta-corrente celebrado entre as partes, sem a incidência de encargos financeiros, para manter as operações da coligada Cetrel Lumina notadamente, prestação de serviços de consultoria a projetos voltados para a área ambiental (Nota 1). O referido contrato tem vencimento em junho de 2011, data que será integralmente quitado.

(ii) A Monsanto Nordeste abdicou de exercer o direito de preferência da integralização do adiantamento para futuro aumento de capital, sendo os valores restituídos. Entretanto, a Braskem S.A. e Deten Química S.A. integralizaram o montante de R\$ 5.374, conforme descrito na Nota 16 (b).

(iii) A Companhia celebrou contrato de arrendamento com a Cetrel Lumina do parque de incineração pelo valor de R\$ 50 por mês, reajustado anualmente pelo IGP/FGV, pelo prazo de 5 anos, renovável pelo mesmo período. Adicionalmente, a Companhia recebe aluguel da Cetrel Lumina pela utilização da área do sistema de disposição de Resíduos Especiais.

Em contas a receber de clientes e serviços prestados são apresentados os saldos das transações relativas à prestação de serviço de proteção ambiental. Em materiais e utilidades adquiridos, são apresentados os montantes pagos na aquisição de insumos e utilidades, aplicados nos serviços prestados.

**(c) Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros, diretores e gerentes operacionais da Companhia. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Salários e encargos	3.590	2.896
Honorários de diretoria	2.455	2.793
Participação nos lucros	1.163	874
Planos de aposentadoria e pensão	100	94
	<b>7.308</b>	<b>6.657</b>

**11. Investimentos**

**(a) Investimento na Cetrel Lumina – Controladora e Consolidado**

	2010	2009
Em 1º de janeiro	(115)	287
Equivalência patrimonial	747	(402)
Em 31 de dezembro	<b>632</b>	<b>(115)</b>

Segue abaixo a participação da Companhia no resultado, ativos e passivos de sua investida:

Nome	País	Negócio	Ativo	Passivo	Lucro Líquido		Participação direta nas ações ordinárias
					2010	2009	
Cetrel-Lumina	Brasil	Soluções de Engenharia Ambiental	4.731	4.098	18.670	747	50

**(b) Investimento na Cetrel Bioenergia - Controladora**

	2010	2009
Constituição – Em 30 de junho	700	
Em 31 de dezembro	<b>700</b>	

Segue abaixo a participação da Companhia no resultado, ativos e passivos de sua controlada:

Nome	País	Negócio	Ativo	Passivo	Lucro Líquido		Participação direta nas ações ordinárias
					2010	2009	
Cetrel Bioenergia	Brasil	Bioenergia	700				100

**(c) Outros investimentos**

Refere-se à propriedade para investimento, terreno e edificação, arrendada para a Cetrel Lumina.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado	Edificações e benfeitorias		Equipamentos e instalações		Tubulações e canais		Barragens e canais		Outros		Obras em andamento		Imobilizado total			
	Terrenos	benfeitorias	Equipamentos e instalações	Tubulações	Barragens e canais	Outros	Obras em andamento	Imobilizado total	Terrenos	benfeitorias	Equipamentos e instalações	Tubulações	Barragens e canais	Outros	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2009, líquido	9.472	55.503	16.939	50.613	22.593	8.996	11.556	175.672								
Aquisições			1.932	(462)												
Alienações			(1.990)	553												
Transferências, líquidas			(1.750)	(3.080)	(929)	(1.180)										
Depreciação/exaustão			3.709	(3.080)												
Saldos em 31 de dezembro de 2009, líquido	<b>9.472</b>	<b>54.222</b>	<b>16.690</b>	<b>48.086</b>	<b>21.664</b>	<b>7.878</b>	<b>25.073</b>	<b>183.085</b>								
Custo reavaliado total	9.472	85.865	116.627	96.677	44.546	18.531	25.073	396.799								
Depreciação/exaustão acumulada		(31.643)	(99.937)	(48.591)	(22.882)	(10.653)		(213.708)								
Valor residual	<b>9.472</b>	<b>54.222</b>	<b>16.690</b>	<b>48.086</b>	<b>21.664</b>	<b>7.878</b>	<b>25.073</b>	<b>183.085</b>								
Saldos em 31 de dezembro de 2009, líquido	9.472	54.222	16.690	48.086	21.664	7.878	25.073	183.085								
Aquisições			1.823													
Alienações, líquidas			(23)	(35)												
Transferências, líquidas			(93)	629	4.762	14.657										
Depreciação/exaustão			(1.759)	(3.837)	(3.321)	(928)	(1.273)									
Saldos em 31 de dezembro de 2010, líquido	<b>9.379</b>	<b>53.069</b>	<b>19.403</b>	<b>59.422</b>	<b>20.736</b>	<b>8.356</b>	<b>22.555</b>	<b>192.920</b>								
Custo reavaliado total	9.379	85.916	122.046	111.334	44.546	19.773	22.555	415.549								
Depreciação/exaustão acumulada		(32.847)	(102.643)	(51.912)	(23.810)	(11.417)		(222.629)								
Valor residual	<b>9.379</b>	<b>53.069</b>	<b>19.403</b>	<b>59.422</b>	<b>20.736</b>	<b>8.356</b>	<b>22.555</b>	<b>192.920</b>								

O consolidado possui o valor adicional de R\$ 700 referente a adiantamento para aquisição de ativo imobilizado. No balanço da controladora, o saldo está apresentado como investimentos em subsidiárias.

Em julho de 1990, a Companhia registrou a reavaliação do seu ativo imobilizado. Com o advento do pronunciamento técnico do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON") no ano de 1995, a Companhia decidiu por integrar ao custo do seu imobilizado, a parcela da reavaliação ainda não realizada.

**13. Intangível**

**(i) Composição**

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Desenvolvimento de projetos	184	(124)	60	72
Softwares	7.213	(4.975)	2.238	2.152
	<b>7.397</b>	<b>(5.099)</b>	<b>2.298</b>	<b>2.237</b>

**(ii) Movimentação**

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício		2.482
(+) Adições		588
(+) Transferências		134
(-) Baixas, líquida		(15)
(-) Amortização		(891)
Saldo no final do exercício		<b>2.298</b>

**14. Empréstimos e financiamentos**

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
	<b>Encargos financeiros anuais</b>			
Moeda nacional				
FINAME	TJLP + juros ponderados de 4,5%	44	186	400
BNDES	TJLP + juros ponderados de 1,82%	19.297	20.432	13.237
FNE (i)	Juros de 10%	443	7.744	13.079
FINEP	juros de 5,25%	685		
		20.469	28.362	26.716
		(16.571)	(18.941)	(18.215)
		<b>3.898</b>	<b>9.421</b>	<b>8.501</b>

Menos parcela não circulante:  
Parcela circulante

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais  
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo  
(i) Financiamento obtido com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") destinado para a ampliação do sistema de coleta e transporte e bacia de equalização, recuperação dos tanques de aeração e construção de emissário e aterro industrial. Sobre os encargos incidentes, é aplicado um bônus de adimplência de 15%, reconhecido por ocasião dos pagamentos efetuados nas datas dos respectivos vencimentos. O financiamento inclui a constituição de um fundo de liquidez correspondente ao mínimo de seis parcelas de amortização, formado na proporção de sua representação sobre o montante a ser liberado. Os financiamentos contratados pela Companhia para a formação de capital de giro e capital fixo são garantidos por recebíveis de contratos de prestação de serviços firmados com clientes, bem como pela hipoteca de ativo imobilizado no montante de R\$ 42.429. O saldo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2010	31/12/2009
2010		6.943
2011		6.000
2012	5.011	3.982
2013	5.010	3.982
2014	5.010	3.982
2015 em diante	1.540	995
	<b>16.571</b>	<b>18.941</b>

**15. Provisões para contingências, depósitos judiciais e outros**

**(a) Composição**

	Depósitos judiciais			Provisão para contingências		
	Controladora e consolidado	Controladora	Controladora e consolidado	Controladora	Controladora e consolidado	Controladora
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Salário Educação (c) (i)	2.267	2.178	2.103	2.267	2.178	2.103
COFINS – Lei nº 10.833/03 (c) (ii)	5.660	5.367	5.070	5.660	5.367	5.070
PIS – Lei nº 10.637 (c) (ii)	1.561	1.481	1.400	1.561	1.481	1.400
ICMS Antecipação Parcial (c) (iii)	813	746				
Reclamações trabalhistas	520	423	426	1.258	1.174	836
INSS (c) (iv)	1.740	193	758			
Outros	733	706		3.074	1.263	1.208
	<b>13.294</b>	<b>11.094</b>	<b>9.757</b>	<b>13.820</b>	<b>11.463</b>	<b>10.617</b>
Depósitos judiciais	(9.925)	(9.441)	(8.966)	(9.925)	(9.441)	(8.966)
	<b>3.369</b>	<b>1.653</b>	<b>791</b>	<b>3.895</b>	<b>2.022</b>	<b>1.651</b>

(b) A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro de 2009		10.617

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

>>> Continuação

16. Capital social e reservas

	Em milhares	
	Quantidade de ações ordinárias	
Em 1º de janeiro de 2009	1.512	
Ações emitidas	16	
Em 31 de dezembro de 2009	1.528	
Ações emitidas	27	
Em 31 de dezembro de 2010	1.555	

(a) **Capital autorizado**  
A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.000.000 de ações ordinárias nominativas.

(b) **Capital subscrito**  
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 154.427 (2009 – R\$ 151.278) representado por 1.554.597 (1.527.904) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2007, foi autorizado um aumento de capital no valor total de R\$ 8.293 com emissão de 81.888 ações ordinárias, mediante crédito em moeda corrente em 60 parcelas mensais e consecutivas. As ações foram subscritas pela Bahia Pulp S.A. ("Bahia Pulp"), pelo preço unitário de R\$ 509,79165, dos quais R\$ 101,27479 destinados a conta de capital social em contrapartida da conta capital a integralizar e R\$ 408,51686 a ser alocado em conta de reserva de ágio à proporção em que as parcelas forem liquidadas pelo subscritor.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de outubro de 2009, foi autorizado a proposta de aumento de capital no valor de R\$ 5.374 com emissão de 10.314 ações ordinárias, mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital. Foi aprovado em Reunião Ordinária do Conselho de Administração em 4 de março de 2010 a integralização do adiantamento pelas acionistas Braskem S.A. e Deten S.A., no total de 10.304 e 10 ações ordinárias, respectivamente, pelo preço unitário de R\$ 521,06564, dos quais R\$ 144,48362 destinados a conta de capital social em contrapartida da conta capital a integralizar e R\$ 376,58202 a ser alocado em conta de reserva de ágio.

No exercício de 2010, a Companhia integralizou capital no montante de R\$ 3.149 e constituiu reserva de capital - Ágio no montante de R\$ 10.574 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 1.659 e R\$ 6.691, respectivamente). Sendo que o valor referente à integralização de capital no montante de R\$ 1.490 e de reserva de capital - Ágio no montante de R\$ 3.884 correspondem a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital.

(c) **Direitos das ações**  
Aos acionistas é garantido dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

(d) **Reserva de capital**  
**Incentivos fiscais**

No exercício de 2006, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, concedeu benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75%, durante 10 (dez) anos sobre as receitas provenientes da prestação dos serviços de estocagem, tratamento biológico, processamento e disposição final de resíduos; incineração de resíduos sólidos e líquidos organoclorados não biodegradáveis; coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes líquidos orgânicos e águas não contaminadas; monitoramento do ar e águas subterrâneas.

**Reserva de ágio**  
Constituída pela diferença entre o valor do aumento de capital e o valor das ações integralizadas pelas parcelas liquidadas pelo subscritor (Nota 16 (b)).

(e) **Reserva de reavaliação**  
Apresenta o saldo da reavaliação do ativo imobilizado constituída em 1990, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos correspondente (Nota 9), cuja realização ocorre na mesma proporção de realização do ativo reavaliado, através da sua depreciação ou baixa, contra a conta de resultados acumulados, líquido dos efeitos tributários.

(f) **Reservas de lucros**  
**Legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

**Retenção de lucros**  
A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender a dar contribuição social diferidos correspondente em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**Incentivos fiscais**  
Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e Lei nº 11.638/07, essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 9 (d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de resultados acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. As parcelas de incentivos fiscais para investimentos recebidas até 31 de dezembro de 2007 permanecerão como reserva de capital até sua completa realização, nos termos da legislação societária.

**17. Dividendos propostos**  
A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto nos artigos nº 196 e 197, é assim demonstrada:

	2010
Lucro líquido do exercício	24.593
Realização (constituição) de reservas:	
Reavaliação	886
Legal	(1.229)
Incentivos fiscais	(4.367)
Base de cálculo dos dividendos	19.883
Dividendos – 25%	4.971

**18. Receita**  
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora	
	2010	2009
Vendas brutas de serviços		
Tratamento de efluentes	84.727	66.628
Incineração	7.319	13.780
Monitoramento	10.547	10.054
Consultoria	7.230	4.125
Resíduos especiais	3.694	1.856
Laboratório	4.940	3.723
Coprocessamento	18.923	16.795
Impostos sobre vendas	(16.823)	(14.830)
Receita líquida	120.557	102.131

19. Despesas por natureza

	Controladora	
	2010	2009
Matérias-primas e materiais de consumo	10.808	12.245
Encargos de depreciação e amortização	11.412	11.062
Manutenção	7.138	7.916
Serviços de terceiros	26.328	18.696
Pessoal, encargos e benefícios	28.816	26.084
Outras despesas	7.404	4.957
Total dos custos das vendas, despesas com vendas e administrativas, depreciação e amortização	91.906	80.960

**20. Receita e despesas financeiras**

	Controladora	
	2010	2009
Despesas financeiras		
Despesa financeira de contas a pagar	(414)	(490)
Atualização de provisão para contingência	(356)	(507)
Empréstimos bancários	(1.975)	(2.145)
Total do custo financeiro	(2.745)	(3.142)
Receita financeira		
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	7.305	6.783
Atualização de depósitos judiciais	928	550
Receita financeira	8.233	7.333
Resultado financeiro, líquido	5.488	4.191

**21. Cobertura de seguros**  
A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	15.400
Riscos nomeados, incluindo os lucros cessantes	27.905
Automóveis	6.945

**22. Adoção dos CPCs pela primeira vez**

**22.1 Base da transição**

**22.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras contábeis anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas referidas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

**22.1.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs**

A explicação sobre os ajustes nos balanços patrimoniais e as respectivas conciliações está apresentada a seguir:

**Reclassificação do Ativo Diferido**

Para atendimento do CPC 43 e objetivando não ter divergência entre o patrimônio líquido do balanço consolidado e individual a Companhia baixou contra lucros acumulados no balanço de abertura o saldo do ativo diferido.

O ajuste mencionado não causou impacto na apuração da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório reconhecido por ocasião das demonstrações financeiras da época.

**Reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos para o não circulante**

Reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o não circulante, conforme determinado pelo CPC 26.

**Eliminação entre depósitos judiciais e provisão para contingências**

Os saldos da eliminação entre os depósitos judiciais e das provisões para contingências foram ajustados para apresentar no balanço patrimonial a compensação apenas dos processos tributários que tornaram a exigibilidade do crédito tributário suspensa. Desta forma, não foram compensados os depósitos judiciais e provisão para contingências dos processos trabalhistas.

**22.1.3 - Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009**

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo		De acordo com CPC's	
		Ajustes		
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	32.837		32.837	
Contas a receber de clientes	17.950		17.950	
Estoques	3.476		3.476	
Impostos e contribuições a compensar	3.233		3.233	
Impostos de renda e contribuição social diferidos		(767)		
Partes relacionadas	1.472		1.472	
Despesas antecipadas e outras	416		416	
	60.151	(767)	59.384	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	3.379		3.379	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.405	767	19.172	
Depósitos judiciais	366	425	791	
	22.150	1.192	23.342	
Investimentos em coligadas	287		287	
Outros investimentos	28		28	
Imobilizado	175.672		175.672	
Intangível	2.237		2.237	
Diferido	939	(939)		
	201.313	253	201.566	
<b>Total do ativo</b>	<b>261.464</b>	<b>(514)</b>	<b>260.950</b>	

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo		De acordo com CPC's	
		Ajustes		
Circulante				
Fornecedores	4.746		4.746	
Empréstimos e financiamentos	8.501		8.501	
Salários e encargos sociais	6.360		6.360	
Impostos, taxas e contribuições sociais	1.993		1.993	
Provisão para tratamento de resíduos	1.988		1.988	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	456	(456)		
Adiantamento de clientes	735		735	
Dividendos a pagar	1.637		1.637	
Outros passivos	44		44	
	26.460	(456)	26.004	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.215		18.215	
Provisão para contingências	1.226	425	1.651	
Adiantamentos de clientes	551		551	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.557	456	10.013	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	5.374		5.374	
	34.923	881	35.804	
Patrimônio líquido				
Capital social	149.619		149.619	
Reservas de capital	12.909		12.909	
Reserva de reavaliação	27.688		27.688	
Reservas de lucros	9.865	(939)	8.926	
	200.081	(939)	199.142	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>261.464</b>	<b>(514)</b>	<b>260.950</b>	

**22.1.4 - Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009**

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo		De acordo com CPC's	
		Ajustes		
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	61.486		61.486	
Contas a receber de clientes	13.817		13.817	
Estoques	3.384		3.384	
Impostos e contribuições a compensar	3.322		3.322	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.909	(2.909)		
Despesas antecipadas e outras	452		452	
	85.370	(2.909)	82.461	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	3.682		3.682	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.687	2.909	16.596	
Depósitos judiciais	1.230	423	1.653	
	18.599	3.332	21.931	
Outros investimentos	28		28	
Imobilizado	183.085		183.085	
Intangível	2.482		2.482	
Diferido	749	(749)		
	204.943	2.583	207.526	
<b>Total do ativo</b>	<b>290.313</b>	<b>(326)</b>	<b>289.987</b>	

**Passivo e patrimônio líquido**

Circulante	De acordo com BR GAAP antigo		De acordo com CPC's	
		Ajustes		
Fornecedores	6.478		6.478	
Empréstimos e financiamentos	9.421		9.421	
Salários e encargos sociais	7.884		7.884	
Impostos, taxas e contribuições sociais	2.918		2.918	
Provisão para tratamento de resíduos	1.400		1.400	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	456	(456)		
Adiantamento de clientes	904		904	
Dividendos a pagar	3.548		3.548	
Partes relacionadas	517		517	
Outros passivos	44		44	
	33.570	(456)	33.114	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.941		18.941	
Provisão para contingências	1.599	423	2.022	
Provisão para cobertura de passivo a descoberto em coligada	115		115	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.101	456	9.557	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	5.374		5.374	
	35.130	879	36.009	

**Patrimônio líquido**

Capital social	De acordo com BR GAAP antigo		De acordo com CPC's	
		Ajustes		
Reservas de capital	151.278		151.278	
Reservas de capital	19.600		19.600	
Reserva de reavaliação	26.802		26.802	
Reservas de lucros	23.933	(749)	23.184	
	221.613	(749)	220.864	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>290.313</b>	<b>(326)</b>	<b>289.987</b>	

Conselho de Administração

<b>Manoel Carnaúba Cortez</b>	- Presidente
<b>James Silva Santos Correia</b>	- Vice - Presidente
<b>Marcelo Lyra Gurgel do Amaral</b>	- Conselheiro
<b>Wilson Alves de Brito Filho</b>	- Conselheiro
<b>Rui Chamas</b>	- Conselheiro

Diretoria

<b>Ney Antonio de Souza Silva</b>	Diretor-Presidente
<b>Demosthenes Miranda de Carvalho Filho</b>	Diretor

Contadora

Suzane Souza Doria  
CRC BA 018403/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

Salvador/BA, 25 de fevereiro de 2011.  
**Ana Patrícia Soares Nogueira** - Presidente do Conselho  
**Ismael Campos de Abreu** - Conselheiro

**José Geraldo dos Reis Santos** - Conselheiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Cetrel S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cetrel S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Cetrel S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção